

**José Laurindo de Souza Netto**

# **PROCESSO PENAL**

**Modificações da Lei dos  
Juizados Especiais Criminais**

- Princípios Processuais
- Transação Penal
- Conciliação
- Suspensão Condicional do Processo
- Medidas Alternativas à Pena

**2ª Edição  
Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2015

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

**ISBN: 978-85-362-5025-0**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Netto, José Laurindo de Souza.

**S729**      Processo penal: modificações da lei dos juizados  
especiais criminais./ José Laurindo de Souza Netto./  
2ª edição./ Curitiba: Jurua, 2015.  
232p.

1. Processo Penal. 2. Juizados Especiais Crimi-  
Nais – Lei. I. Título.

000076

CDD 345  
CDU 343.11

---

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I – PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>1 PRINCÍPIOS RELATIVOS À AÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1.1 Princípio da Legalidade .....	21
1.1.1 Princípio da oportunidade.....	27
1.1.2 Princípio da oportunidade para as infrações de menor potencial ofensivo .....	29
1.1.3 Inexistência de discricionariedade não fiscalizável .....	32
1.1.4 Promoção de arquivamento .....	33
1.1.5 Controle da ação penal para as infrações de menor potencial ofensivo .....	37
1.2 Princípio da Indisponibilidade .....	38
1.2.1 Princípio da disponibilidade para as infrações de pequeno e médio potencial ofensivo.....	40
1.2.2 Princípio da indivisibilidade .....	41
<b>2 PRINCÍPIOS RELATIVOS À JURISDIÇÃO .....</b>	<b>42</b>
2.1 Princípio do Juiz Natural.....	42
2.1.1 Investidura e competência .....	43
2.1.2 Proibição de juiz ou tribunal de exceção .....	46
2.1.3 Juízo natural das infrações de menor potencial ofensivo .....	46
2.2 Princípio <i>Nulla Poena Sine Judicio</i> .....	49
2.3 <i>Princípio ne Procedat Judex ex Officio</i> .....	51
2.4 Princípio da Identidade Física do Juiz.....	52
2.4.1 O Princípio da identidade física do juiz no sistema do juizado especial.....	52
<b>3 PRINCÍPIOS RELATIVOS AO PROCESSO .....</b>	<b>53</b>
3.1 Princípio do Devido Processo Legal .....	53

3.1.1	A evolução do conceito do princípio .....	56
3.1.2	Conteúdo substancial do princípio no sistema do Juizado Especial.....	59
3.2	Princípio do Contraditório .....	63
3.2.1	O contraditório e a ampla defesa em face do procedimento sumaríssimo .....	67
3.3	Princípio da Livre Convicção do Juiz .....	69
3.4	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição .....	76
3.4.1	Turmas recursais.....	78
3.4.2	Recurso de decisão homologatória da transação penal .....	79
3.4.3	Recursos cabíveis no Juizado Especial .....	80
3.4.3.1	Apelação.....	80
3.4.3.2	Embargos de declaração .....	82
3.4.3.3	<i>Habeas corpus</i> e mandado de segurança .....	84
3.4.3.4	Conflito de competência entre juiz criminal e juiz do Juizado Especial Criminal .....	86
3.4.3.5	Embargos infringentes.....	87
3.4.3.6	Recurso extraordinário e especial.....	87
3.5	Princípio da Oralidade e seus Consectários .....	88
3.5.1	Princípio da imediação.....	89
3.5.2	Princípio da concentração.....	90
3.5.3	Princípio da oralidade e consectários no sistema do Juizado Especial.....	92
3.5.4	Jurisprudência.....	93
3.6	Princípio do Estado de Inocência.....	93
3.6.1	Presunção de inocência no sistema do Juizado Especial .....	95
3.6.2	Inexistência de prisão preventiva no sistema do Juizado Especial.....	96

## **Capítulo II – PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI**

	<b>9.099/95.....</b>	<b>99</b>
1	<b>MODIFICAÇÕES RELATIVAS À AÇÃO.....</b>	<b>99</b>
1.1	<b>Termo Circunstanciado.....</b>	<b>99</b>
1.1.1	Auto circunstanciado .....	100
1.1.2	Autor do fato.....	102
1.1.3	Vítima .....	102
1.1.4	Autoridade policial .....	104
1.1.5	Dever de lavrar .....	107

1.1.6	Exame de corpo de delito.....	108
1.1.7	Prisão em flagrante .....	109
1.2	Representação .....	111
1.2.1	Despenalização processual .....	111
1.2.2	A exigência de representação para os crimes de lesão leve e culposa praticados no âmbito doméstico .....	113
1.2.3	Jurisprudência.....	114
1.3	Transação Penal .....	116
1.3.1	Inconstitucionalidade.....	116
1.3.2	Autonomia da vontade .....	118
1.3.3	Constitucionalidade .....	119
1.3.4	Iniciativa da transação .....	123
1.3.5	Jurisprudência.....	126
2	MODIFICAÇÕES RELATIVAS À JURISDIÇÃO .....	128
2.1	Conciliação como Forma Extintiva de Punibilidade .....	128
2.1.1	Novo modelo de justiça .....	128
2.1.2	A função do conciliador no Juizado Especial Criminal..	131
2.1.3	Tutela dos interesses da vítima no sistema Juizado Especial.....	133
2.1.4	Reparação do dano.....	134
2.1.5	O art. 74 da Lei 9.099/95 .....	135
2.1.6	Jurisdição voluntária .....	136
2.2	Medidas Alternativas à Pena.....	139
2.2.1	Intervenção mínima do direito penal .....	141
2.2.2	Natureza das sanções .....	143
2.2.3	O juízo de culpabilidade depende do juízo da necessidade da pena.....	144
2.2.4	Delitos de bagatela.....	145
2.2.5	O bem jurídico como critério de classificação das infrações de menor potencial ofensivo .....	147
2.2.6	Pena restritiva de direito e multa .....	149
2.2.7	Prestação de serviços à comunidade .....	152
2.2.8	Prestação de serviços à comunidade no sistema do Juizado Especial.....	152
2.2.9	Pena de Multa .....	154
2.2.10	Da impossibilidade de conversão da pena de multa em prisão.....	155

2.3	A MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES E OS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS .....	156
3	MODIFICAÇÕES RELATIVAS AO PROCESSO .....	158
3.1	Sistema do Processo.....	158
3.1.1	Das infrações de menor potencial ofensivo .....	158
3.1.2	Lineamentos do sistema do processo das infrações de menor potencial ofensivo.....	163
3.1.3	Processo só com denúncia .....	164
3.1.4	Denúncia oral e exame de corpo de delito .....	164
3.1.5	Válvula de calibração do sistema.....	165
3.1.6	Citação e Intimação .....	168
3.1.6.1	Citação.....	168
3.1.6.2	Intimação e Notificação.....	169
3.1.7	Revelia .....	170
3.1.8	Renovação da proposta de conciliação e transação.....	170
3.1.9	Contraditório prévio para o recebimento da denúncia ..	171
3.1.10	Direito à prova .....	172
3.2	Suspensão Condicional do Processo .....	173
3.2.1	Conceito.....	173
3.2.2	Princípio da disponibilidade .....	174
3.2.3	Inexistência de inconstitucionalidade .....	174
3.2.4	Infrações passíveis de suspensão condicional do processo .....	175
3.2.5	Concurso de crimes.....	175
3.2.6	Desclassificação.....	176
3.2.7	Requisitos de admissibilidade.....	177
3.2.7.1	Inexistência de processo em curso.....	177
3.2.7.2	Condenação anterior .....	178
3.2.7.3	Reincidência .....	178
3.2.7.4	Circunstâncias judiciais favoráveis.....	179
3.2.8	Iniciativa da proposta.....	179
3.2.9	Momento da proposta .....	182
3.2.10	A decisão sobre a suspensão .....	183
3.2.11	Revogação – causas obrigatórias e facultativas .....	184
3.2.12	Jurisprudência.....	185
	CONCLUSÕES .....	195
	REFERÊNCIAS .....	203
	ÍNDICE ALFABÉTICO .....	217